

O I Congresso Confederal continuou afirmando a capacidade do operariado para conduzir-se por si mesmo, discutindo e resolvendo sobre os problemas que lhe dizem respeito, dispensando a ajuda do patronato e do Estado

«Estabelecer a solidariedade que as circunstâncias recomendem como: em casos graves, a presos por questões sociais, a operários sem trabalho, e instituir Conselhos higiénicos e jurídicos.»

Seguiu-se a aprovação das alíneas e) e f). A g) foi aprovada com a supressão da palavra etc. Aprovou as alíneas h), i), j) e k).

Foi lido o número XXX. Santos Arranha propõe a sua supressão. Rejeitado, ficando com a primitiva redacção.

O Congresso aprovou os n.ºs XXI, XXIII e XXVIII. Iniciou-se depois a discussão da alínea a) do n.º XXIV.

Elisio de Sousa entende que a C. G. T. deve procurar organizar os rurais do norte e nesse sentido apresenta a seguinte proposta:

«Proporho que entre a alínea a) e b) da conclusão XXIV seja interposta uma nova alínea, com a seguinte redacção: Proceder a inquéritos em todas as regiões do País, onde não haja proletários organizados, principiando pelo Norte, de molde a estudar em um dispositivo para a efectivação da necessária propaganda sindical.»

Foi admitida, e José Martins Grilo imediatamente apresenta seguinte moção:

«Considerando que a tese em discussão não dispõe sobre a organização dos rurais sob o ponto de vista de sub-múltiplos;

O Congresso Confederal resolve:

Incumbir a C. G. T. de proceder o mais breve que lhe for possível a um estudo sobre a organização rural a fim de a dotar das células indispensáveis para atingir os fins que preconizamos nesta tese.»

O Congresso aprovou a proposta de Elisio de Sousa e resolveu que a moção de Grilo seja votada no fim da discussão da tese. Foi depois aprovada a alínea c) A' d) foi acrescentada a palavra sindicalismo-revolucionário. Aprovou-se igualmente as alíneas f), g), h) e i).

João Miranda apresenta a seguinte:

«Moção:—Considerando que na maioria dos Sindicatos, os seus componentes desconhecem a forma de conduzir os trabalhos das assembleias, sessões magnas, etc., etc., pois que na maioria dos casos, pretendendo-se fazer o envio para a mesa de determinados documentos é desconhecida a formula de dar início à sua redacção, títulos, etc.»

O I Congresso Confederal, reunido na cidade de Santarém, resolve:

1.º Que a Secção Editorial de A Batalha faça a publicação de um folheto elucidando a forma de se conduzirem as reuniões expostas no considerando, e qual a natureza e valor de documentos como sejam propostas, moções, moções de ordem, requerimentos, questões prévias, etc., etc. e assim como o texto da sua redacção.

2.º Que a publicação deste folheto seja feita o mais urgentemente possível.

Resolvido que fosse votada com a moção de Grilo. Discutiu-se o capítulo G—Congresso Confederal—que foi aprovado.

Do capítulo H—Comissão Administrativa—foram aprovados todos os números até ao XII.

O número XLII que trata da criação do Secretariado sofreu acalorada discussão. Santos Arranha propõe que entre as palavras «compreendendo» e «sindicatos» seja intercalada a palavra—também.

Foi aprovada a criação do Secretariado Confederal

M. J. de Sousa concorda com o secretário, mas que ele saia do Comité Confederal, eleito no Congresso. E não concorda porque a experiência diz que não pode ser cometida a três indivíduos a direcção da C. G. T. Na velha C. G. T. francesa esse princípio motivou aquele organismo o predomínio dos reformistas, bastante nociva à organização.

João Miranda informa que a F. da Construção Civil resolveu tanto no caso de ser eleito o Secretariado, como de eleger-se o Comité o secretário geral da C. G. T. nunca deve desaparecer.

Alves Pereira apresenta o seguinte documento:

XLII—A C. G. T., porém divide-se em duas secções que são: Secção de Federações (compreendendo também sindicatos nacionais, regionais e isolados) e Secções de União. Terá um secretariado composto de três membros, saído do Comité que é composto de sete membros e eleito no Congresso Confederal. As funções deste secretariado são respectivamente: secretário da comissão administrativa da C. G. T., secretário da Secção de Federações e secretário da Secção de União.

Silva Campos diz que não há perigo para a organização com a existência do Secretariado. Ele só até à primeira reunião do Conselho Confederal terá poderes, pois a partir dessa data eles serão conferidos ao Comité que ali é eleito.

Artur Cardoso apresenta o seguinte requerimento:

«Requerio que seja posta à aprovação a proposta apresentada pelo camarada Alves Pereira.»

Foi aprovado e com ela a proposta de Alves Pereira. Com esta resolução ficou prejudicado o Secretariado como a Comissão Organizadora propunha. Continuará a existir o Comité Confederal donde sairão os três elementos que compoem o Secretariado.

Depois foram aprovadas as subseqüentes alíneas que foram aprovadas. Como estava votada a tese, Jerónimo de Sousa ergueu um viva à Organização Operária Portuguesa que foi entusiasticamente correspondido. Saúl de Sousa, antes de encerrar, apresenta a seguinte moção:

«Considerando que a Organização Operária se encontra em tanto quanto atalada pela nefasta acção das hostes patronais reaccionárias e políticas de todas as nuances que fomentam o mal estar moral e económico bem como a scisão entre os mesmos;

Que provocado por estes factores se constata uma tremenda crise de trabalho resultando daí um numeroso aumento no número de procura e consequentemente a baixa de salários e o desrespeito do horário de trabalho, principal designio do patronato;

Que não só as chamadas «forças vivas» procuram desmoralizar os trabalhadores organizados e manter a distância os indiferentes, mas também os chamados grupos da esquerda que, conforme é notório, vêm fazendo o jogo daqueles, caluniando a organização Operária e seus militantes, procurando com isso o desagregamento da unidade sindical;

Que esta nociva acção embora nos grandes centros não encontre basto campo para o seu desenvolvimento, devemos convir que na provincia fácil lhe é conquistado, posto que a maior parte do proletariado se encontra desorganizado e por isso mais susceptível à corrupção;

A Federação Metálgica e Sindicatos seus aderentes presentes neste Congresso, reunidos em Conferência no dia 24 do corrente na cidade de Santarém, para apreciar o estado de organização dos metálgicos portugueses, constatando que na sua maior parte se encontram desorganizados, muitos dos quais pelo factores expostos no 1.º considerando resolvem apresentar ao I Congresso Confederal as seguintes conclusões:

1.º Que a Secção de Federações organize «tours» de propaganda quadrienalmente composta por delegados das Federações de indústria.

2.º Que esses delegados percorram as localidades onde se encontra a sua indústria, tendo sempre em atenção a propaganda geral.

3.º Que a C. G. T. na medida do possível auxilie materialmente as federações nesta missão.

Proponentes: Artur Cardoso, Joaquim de Sousa e José dos Santos, delegados da Federação Metálgica; Emílio Santos, Manuel Ferreira da Silva e Francisco Viana, delegados do Sindicato Metálgico de Lisboa; Saúl de Sousa, delegado do Sindicato Metálgico do Porto; Américo Fernandes, delegado do Sindicato Metálgico de Vieira de Leiria; Manuel da Silva Marques, delegado do Sindicato Metálgico da Marinha Grande.

Baixou à comissão de pareceres, a requerimento de M. J. de Sousa.

Depois foram aprovadas as moções de J. M. Grilo e João Miranda, resolvendo o Congresso que o livroproposto neste documento se chamasse Manual do Sindicato.

A sessão encorreu-se às 12,30 horas. A sessão prosseguirá às 14,30 para discutir os estatutos confederais.

O Congresso devia encerrar hoje os seus trabalhos. Tal não se realizou em virtude de haver muitos assuntos a discutir. Como há congressistas que estão reunidos há oito dias, especialmente gráficos e rurais, já se verifica um certo cansaço em alguns deles.

4.ª sessão

SANTAREM, 26. — Reabre às 14,30 horas a 4.ª sessão. A constituição da mesa é a da sessão antecedente. Faz-se a chamada a que respondem todas as delegações. São lidas as seguintes saudações ao Congresso:

Associação Internacional dos Trabalhadores, Sverges Arbeters Central Organization de Estocolmo, Federação Anarquista da Região Sul de Portugal, Sindicato Ferroviário da C. P., Sindicato das Conservas de Cascais, Construção Civil de Cascais, Associação dos Corticeiros do Seixal, Manufacturas de Calçado de Lisboa, Redacção do jornal anarquista «Aurora», União Anarquista Portuguesa, Sindicato de Empregados de Escritório, Sindicato da Indústria do Calçado, Couros e Peles do Porto, Associação dos Sapateiros Bejenses, Biblioteca de Propaganda Social de Póvoa de Varzim, Liga das Artes de Vição Portuense, Chapelleiros de Braga, Secção da Carris do Núcleo de Juventude Sindicalista do Porto, Rurais de Souzêl, União dos Barbeiros de Lisboa, Construção Civil de Lamego, Federação Metálgica, Chauffeurs do Norte de Portugal, Ferroviários de Monção, Corticeiros de Silves, Confederação Geral do Trabalho Unitária de França, Juventude Sindicalista do Porto, Barbeiros do Porto, Tanoeiros de Gaia, Centro Comunista Libertário do Porto, Federação da Construção Civil, Juventude Sindicalista de Gaia, Sindicato Metálgico do Porto, Secção de Belém do Núcleo de Juventude Sindicalista de Lisboa, Delegação da União Ferroviária, Federação da Indústria de Conservas, U. S. O. do Porto, Soldadores de Setúbal, Manipuladores de Pão de Cascais e Oeiras, Operários de Conservas de Vila Real de Santo António.

União Ferroviária do Porto, Canteiros do cemitério do Alto de S. João, Junta do Norte da Federação dos Empregados no Comércio, Construção Civil de Évora, grupo de Jovens sindicalistas de Lisboa, Sindicato Ferroviário do Sul e Sueste, Pessoal do Manicómio de Lisboa, Construção Civil de Almada, Operários de Conservas de Peniche, U. S. O. de Évora, Sindicato do Calçado Couros e Peles de Évora, Sindicato Metálgico de Lisboa, Francisco Pedro Martins, Marques Reis e Júlio Antunes, Operários Encadernadores e Antexos, Rosa, Mateus e Magina, Manuel Inácio Luís, João Pereira Mendes Martins, Joaquim Correia de Barros, Adolfo de Freitas e Marcelino Pedro, Rurais de Azinhaga, presos do Caminho Novo, Rurais de Alvaide.

Trabalhadores Rurais de Alter do Chão, Operários Mineiros de Aljustrel, Juventude Sindicalistas de Faro, Trabalhadores de Fábricas de Conservas de Setúbal, Grupo Libertário «Os Rebeldes» de Coimbra, União Empregados Comércio do Porto, Carlos Santos Guerreiro, Manuel Santos Baroco, João Sousa e ainda Ferreira, Jacob, Costa, Pratas, Graça e Gravelho, metálgicos.

E' lido também um memorial de Elói de Sousa Reis, autor do «Método Lógico ou

Cartilha Nato-Racional» dirigido aos congressistas, em que é aconselhado o uso da sua obra.

O secretário lê ainda um telegrama-protesto do Sindicato do Pessoal do Arsenal do Exército contra as referências que lhe foram feitas no Congresso.

Abre-se a discussão sobre o expediente. Silva Campos pede a palavra e apresenta a seguinte moção de ordem: «O Congresso, perante o telegrama dos Arsenalistas do Exército, considera que na devida oportunidade o referido Sindicato e os que se encontram em idênticas condições para com a C. G. T., conheçerão a verdadeira resolução do Congresso e continua na ordem dos trabalhos.»

M. H. Rijo manifesta discordância com o memorial de Sousa Reis.

Inácio Teixeira pretende conhecer o livro a que se refere o memorial, o que não é possível por a comissão organizadora não ter trazido ao Congresso.

M. J. Sousa discorda do gesto da comissão não trazendo o livro. Rijo dá explicações.

António Lopes Jorge manifesta o desejo de ver publicados todos os extractos da Conferência Têxtil.

Carlos Coelho diz estranhar o facto, visto que o original do extracto foi muito a tempo de ser publicado.

O delegado dos Operários Municipais apresenta a seguinte proposta:

«Proporho que seja convidado o povo trabalhador de Santarém a assistir à sessão de encerramento do Congresso». Resolvido que seja apreciado no fim da sessão.

Ernesto dos Santos Pereira apresenta a proposta seguinte:

«Atendendo a que a reacção clerical se faz sentir cada vez mais insistentemente e que alguns operários se deixam por ela influenciar, o que é deveras lamentável, proponho que no dia 13 de Outubro p. f. se realizem em todos os pontos do país comícios e sessões por intermédio de delegados da C. G. T. e respectivas federações e além disso comemorando nesse dia o aniversário da morte de Francisco Ferrer».

Ficou para apreciar antes de encerrar a sessão.

Entram em discussão as alterações ao estatuto confederal

Entra-se na ordem de trabalhos: Apreciação das alterações ao Estatuto Confederal.

Santos Júnior propõe alterações.

Manuel Joaquim de Sousa requer a discussão na generalidade, mas, por um requerimento de Joaquim de Sousa, a discussão será feita capítulo por capítulo.

Santos Ivo discorda das alterações propostas por Santos Júnior.

Por requerimento de Emílio Santana o I capítulo é aprovado sem alterações.

Discute-se o capítulo II.

Rosendo Viana refere-se ao facto de alguns sindicatos estarem confederados sem

contudo fazerem parte das uniões locais e outros estarem nas uniões locais sem serem confederados.

Artur Cardoso entende que o assunto posto por R. Viana não é para ser tratado no Congresso e requer a votação do capítulo II, sendo aprovado este e o III tal como estão.

Aprecia-se o capítulo IV.

Pereira Braga e António Costa propõem modificações, mas, a requerimento de Manuel da Silva Marques, o capítulo é aprovado tal como está redigido.

Capítulo V: «Do Comité Confederal».

Por proposta de M. J. de Sousa os capítulos V, VI e VII, por se referirem às funções do comité, secretariado e comissão administrativa são discutidos em conjunto.

Jerónimo de Sousa entende que se deve atender às alterações introduzidas na tese O. S. S. na parte que constitui o secretariado saído do Comité Confederal.

Rosendo Viana pergunta ao Congresso, se tendo sido aprovada uma alteração à tese que cria o secretariado não deverá ser no mesmo sentido alterado o estatuto confederal.

Silva Campos dá explicações.

Alves Pereira apresenta a seguinte alteração ao art. 16.º: «O Comité Confederal é constituído por sete membros, nomeados em Congresso, de entre os quais serão nomeados o secretário da comissão administrativa da C. G. T., o secretário da Secção de Federações e o secretário da Secção de União que constituem o Secretariado. Dos restantes membros serão nomeados o director de A Batalha e o secretário do Secretariado de Assistência Jurídica e de Solidariedade, etc.»

M. J. Sousa entende que os três capítulos V, VI e VII são base do assunto em discussão e deverão ser alterados segundo a doutrina da tese O. S. S. já aprovada. Concorda que o director de A Batalha e o secretário do S. N. A. J. e S. sejam parte integrante do Comité Confederal, fazendo-se para esse efeito as necessárias emendas ao estatuto para que o Comité fique uniforme.

Silva Campos entende que pela doutrina do documento de Alves Pereira fica nomeado um comité sem secretário geral, mas com a responsabilidade de orientação o secretariado. Esclarece o capítulo em discussão no que diz respeito à função dos componentes do Comité.

Francisco Viana concorda com a extinção do cargo de secretário geral e que fique o secretariado.

Jerónimo de Sousa julga esclarecido o assunto, pois entende que extrai do Comité o Secretariado, os restantes membros constituem a comissão administrativa.

Silva Campos apresenta a seguinte proposta:

«Proporho que seja nomeada uma comissão encarregada de dar a última redacção aos três capítulos em discussão, da qual fará parte o relator, para apresentar

na sessão de encerramento, respeitando o espírito do Congresso.»

Por requerimento de Ferreira da Silva são nomeados para essa comissão os camaradas Alves Pereira, Francisco Viana e Jerónimo de Sousa.

Entra em discussão o capítulo VIII. Silvino Noronha refere o facto de haver classes de reconhecido valor que pela sua psicologia não se adaptaram ainda ao sistema de cobrança pelo selo confederal. Para essas classes, à semelhança do que se faz no estrangeiro, deve consentir-se na adopção da caderneta sindical onde será aposto meio selo sindical e meio selo confederal.

Aleixo de Oliveira entende que não se deve deixar porta aberta para irregularidades.

João Timóteo pronuncia-se no mesmo sentido e deseja que todos usem o selo confederal.

Alfredo Lopes concorda com a opinião de S. Noronha no estabelecimento de cadernetas federais por não constituírem perigo, visto que elas terão o label e o carimbo confederal, e por isso serão sempre federais.

Santos Arranha pergunta a A. Lopes se as cadernetas federais ou sindicais usaram o selo confederal.

Alfredo Lopes responde afirmativamente, acrescentando que o seu intuito é que se garanta às federações e sindicatos o direito de juntarem às folhas da caderneta confederal algumas disposições privativas e de grande interesse para as classes.

Jaime Tiago elucida que o Congresso dos Trabalhadores do Livro e do Jornal se ocupou do assunto e aceitou que transitivamente os Trabalhadores da Imprensa não usem o expediente confederal, até que modifique a sua actual psicologia.

António Brás diz que é indispensável aos marítimos de longo curso o uso duma caderneta especial nas condições apresentadas por A. Lopes, visto que sentem a necessidade de juntar às folhas da caderneta confederal algumas outras com disposições que facilitem aquelas classes as permanências em terras estrangeiras e instruções que aproximem os trabalhadores marítimos das organizações congêneres dos vários países, para efeitos de convívio e de solidariedade.

A delegacia do S. U. Mobiliário de Lisboa apresenta a seguinte moção de ordem: «O Congresso apreciando as considerações de alguns congressistas resolve que o assunto da caderneta confederal selo-cota seja estudado pelo Conselho Confederal no sentido de evitar as anomalias que se têm verificado, e segue na ordem dos trabalhos».

Silva Campos informa o Congresso que já os marítimos tinham proposto à C. G. T. a aceitação das suas cadernetas especiais, o que foi aceite, o mesmo sucedendo com os chauffeurs.

Saúl de Sousa apresenta a seguinte moção de ordem:

«O Congresso considerando que os Sindicatos ou Federações poderão melhor satisfazer os seus componentes, fornecendo-lhes uma caderneta sem que com isso se prejudiquem, algo a C. G. T. pósto que levará o label e carimbo da mesma, resolve dar ampla liberdade aos Sindicatos e passa ao restante duma ordem dos trabalhos».

Silva Campos entende que se não deve taxar o uso ou não das cadernetas especiais e entende que qualquer pretensão nesse sentido deve ser sujeita a estudo e resolução do Comité Confederal.

Artur Cardoso apresenta o seguinte aditamento à moção de Saúl de Sousa: «que nas cadernetas federais ou sindicais seja aposto o carimbo da C. G. T., o qual será pago pelo preço das cadernetas confederais».

Por requerimento de Jerónimo de Sousa é votada a moção de S. U. do Mobiliário de Lisboa. Foi aprovada.

Entra em discussão o capítulo IX.—«Do Jornal».

Sobre o artigo 29, Joaquim Castelo apresenta a seguinte alteração:

«Para estabilizar e desenvolver a vida do jornal, deve existir sempre a mais perfeita comunhão de vistas entre as comissões de redacção e administração e o quadro tipográfico, devendo o regime de trabalho deste ser de preferência a jornal ou comandita, e tendo em atenção quaisquer condições de trabalho já usufruídas.»

Acrescenta que esta disposição tende a salvaguardar regalias como a dos turnos que estão vigorando nas oficinas de A Batalha.

Santos Arranha elucida o Congresso de que esses turnos não constituem uma regalia taxativa, visto que foram estabelecidos unicamente a título de experiência.

Aprovado este capítulo com as emendas. Os capítulos X e XI foram aprovados sem discussão.

Discute-se o capítulo XII: «Disposições gerais».

Manuel Nunes propõe que se introduza como n.º 45.º o seguinte:

«As comissões organizadoras dos Congressos ou os comités confederais quando lhes seja cometida essa missão, elaborarão um relatório dos seus trabalhos que será lido ao 1.º Conselho Confederal que se realize».

Carlos José de Sousa também apresenta para ser adoptado como n.º 46.º o seguinte:

«Os casos omissos nestes estatutos serão resolvidos pelo Conselho Confederal em harmonia com a Organização Social Sindicalista.»

São os dois admitidos e aprovados sem discussão.

Os funcionários não são considerados empregados da confiança do governo

Santos Ivo pede que o esclareça se todos os funcionários públicos são abrangidos pela doutrina do n.º 31 do estatuto, visto que os trabalhadores da sua classe assinam

A reacção conservadora, depois do seu triunfo na «Sala do Risco», prepara-se para vibrar o golpe de morte em tudo que possua uma tendência de liberdade

Acabou o julgamento da revolta de 18 de Abril. E a revolta foi absolvida. Terminou a comédia e, como quasi todas as comédias, terminou bem. Autores e intérpretes felicitaram-se mutuamente e, por desgraça para a empresa monárquica exploradora daquele género imoral de teatro, o público era constituído exclusivamente pela «claque» que aplaudiu ruidosamente. Mas, como sempre, o pior é a crítica independente, a crítica que não entrou com bilhete de favor e que livremente expande a sua opinião desassombrada, defendendo a bolsa e a inteligência do povo. A crítica está fora da comédia e a força de opinião que agita pode ser tão poderosa que impeça os «artistas» de alcançar a glória e a imortalidade com que sonham e que não merecem.

Na Sala do Risco do Arsenal de Marinha não se julgou uma revolta contra a república, condenou-se a república. Triunfou ali o espírito conservador e monárquico.

Os reus insultaram a Constituição e o regime, o chefe do Estado e toda a opinião liberal. Os reus afirmaram-se contra a república—e a república, reconhecendo-lhes autoridade moral, sancionou esses insultos, essas afrontas, absolvendo-os.

Quê querem dizer tais acontecimentos? Que a democracia não existe, ou antes, não tem direito a existir; que tudo quanto dentro do país representa uma generosa ideia de liberdade, um pensamento de emancipação social, uma aspiração progressiva foi condenado na Sala do Risco. A ideia liberal que a república representava neste país (porque por culpa dos republicanos nada mais representa hoje a república do que uma ideia) foi condenada na

Sala do Risco por um tribunal que se diz republicano.

Em compensação, um regime de força e de brutalidade, como o desejavam os reus, e hoje mais do que nunca desejam ainda; um regime de férrea opressão exercida principalmente sobre o proletariado —o povo que trabalha—foi proclamado ante-ontem de madrugada no momento em que o juiz leu a sentença absolutória dos implicados no 18 de Abril.

Temos em Itália o mussolinismo, em Espanha o riverismo—e em Portugal que iremos ter se o povo, se os homens de afirmações progressivas permanecerem silenciosos perante o desafio que foi o monstruoso julgamento e se deixarem os Filomenos da Câmara e os Sinel de Cordes manobrar o golpe de força com que querem completar o golpe moral que vibraram nas instituições? Teremos em breve, nesta maltratada terra um *cordelismo* que estrangulará o povo e o entregará inerte nas garras das «forças vivas» insaciáveis.

Já o afirmámos, e repetimo-lo: não desejáramos a condenação. Mas perguntar-nos hão: ¿porquê motivo nos insurgimos contra a comédia do Arsenal? Porque entendemos que uma república que tão prodígia tem sido na distribuição de condenações a outros políticos e operários; que uma república que ainda há bem pouco tempo praticou o crime de condenar, sem julgamento, um punhado de homens a mais bárbara pena—a deportação para a Guiné—não poderia, por uma questão de coerência no mal e na injustiça, ser benévola para com aqueles que se juntaram de armas na mão para derrubá-la!

Então deportam-se homens sem

que ao menos uma comédia de fins opostos à da Sala do Risco se tivesse representado, e absolvem-se criaturas que se rebelaram contra o regime? Que espécie de justiça é essa?

Vive-se numa atmosfera de lóbro, de burla, de charlatanice. Isso que para aí está, monarquia de barrete frígido, não tem direito a existir. Isso que para aí está é uma refinada mentira! Existem neste momento duas forças distintas que se odeiam, que mais tarde ou mais cedo se entrecroçarão violentamente, que por enquanto à sombra duma ficção—a república de hoje—preparam as armas para o combate. Esta democracia, esta menção de democracia, esta hipótese de república vive apenas de duas conveniências, a dos avançados e a dos reaccionários, mantêm-se de pé porque nem uns nem outros se sentiram até hoje suficientemente fortes para—passando sobre a pobre sombra enganadora—se agredirem e exterminarem.

Os reaccionários julgam-se senhores da situação. A sentença de absolvição deu-lhes a ilusão de terem alcançado a força bastante para, marchando sobre a república, calcando a democracia, virem esmagar os avançados, isto é, reduzir à impotência tudo quanto contenha uma aspiração generosa, desde os republicanos sinceros, aos anarquistas, comunistas ou sindicalistas.

E agora perguntamos nós: onde estão os avançados? Onde estão esses republicanos, o resto desses republicanos sinceros que parece não terem vibrado ainda perante a ameaça bem clara?

Estarão as forças avançadas dispostas a deixar-se colher de surpresa?

O povo trabalhador habituado a

bater-se quando é preciso, esse sabemos nós que não cairá sem luta.

O operariado saberá cumprir a sua missão progressiva; o operariado saberá quebrar, mas não torcerá caminho!

Contra a ditadura militar, contra o arbitrio, contra a mordada, contra a tirania—nem um só homem generoso deve deixar de levantar-se com todas as armas ao seu alcance—até com as pedras dos caminhos se outras mais eficazes não houver que melhor traduzam o seu amor à Liberdade e o seu culto pela Justiça!

Venham provas!

Reptámos, no nosso número de anteontem, o major sr. Joaquim Abranches a apresentar provas claras e cabais das acusações que há dias formulou contra A Batalha no decurso duma audiência do julgamento dos revoltosos de 18 de Abril.

Afirmou aquele senhor que «A Batalha preparou a atmosfera e gratificou o atentado contra o sr. Raúl Esteves». Afirmou, tem que provar. Acusações de tal gravidade não se podem produzir sem os necessários elementos de prova que as tornem irrefutáveis.

E' a segunda vez que lhe pedimos essas provas—embora um homem digno não necessitasse que lhe fizessem semelhante convite. Expon-taneamente, em seguida à acusação, deveria ter apresentado as provas da acusação.

Pela segunda vez, convidamos publicamente o major sr. Abranches a apresentar as provas do que afirmou.

E não estamos dispostos a pedir-lhas até à consumação dos séculos...

O povo trabalhador habituado a

bater-se quando é preciso, esse sabemos nós que não cairá sem luta.

O operariado saberá cumprir a sua missão progressiva; o operariado saberá quebrar, mas não torcerá caminho!

Contra a ditadura militar, contra o arbitrio, contra a mordada, contra a tirania—nem um só homem generoso deve deixar de levantar-se com todas as armas ao seu alcance—até com as pedras dos caminhos se outras mais eficazes não houver que melhor traduzam o seu amor à Liberdade e o seu culto pela Justiça!

Venham provas!

Reptámos, no nosso número de anteontem, o major sr. Joaquim Abranches a apresentar provas claras e cabais das acusações que há dias formulou contra A Batalha no decurso duma audiência do julgamento dos revoltosos de 18 de Abril.

Afirmou aquele senhor que «A Batalha preparou a atmosfera e gratificou o atentado contra o sr. Raúl Esteves». Afirmou, tem que provar. Acusações de tal gravidade não se podem produzir sem os necessários elementos de prova que as tornem irrefutáveis.

E' a segunda vez que lhe pedimos essas provas—embora um homem digno não necessitasse que lhe fizessem semelhante convite. Expon-taneamente, em seguida à acusação, deveria ter apresentado as provas da acusação.

Pela segunda vez, convidamos publicamente o major sr. Abranches a apresentar as provas do que afirmou.

E não estamos dispostos a pedir-lhas até à consumação dos séculos...

O povo trabalhador habituado a

todos um contrato pelo qual são considerados de confiança do governo.

O Congresso pronuncia-se no sentido de que a doutrina do artigo em referência só abrange os indivíduos que tenham cargos de mando.

Está votado o Estatuto Confederal, excepto os artigos V, VI e VII que baixam a comissão de redacção.

Entra-se no período depois da ordem.

Os compositores Tipográficos de Lisboa afirmam a sua repulsa pelo divisionismo

Joaquim Castelo diz que tendo sido votado no Congresso Gráfico uma tese sobre relações internacionais que optava pela abstenção, a qual foi rejeitada por 4 votos contra 3, tem todavia que defender no Congresso Confederal o ponto de vista do Sindicato dos Compositores Tipográficos de Lisboa de que é delegado, sobre o procedimento das correntes ideológicas que se debatem no seio da C. G. T., ponto de vista expresso no documento que passa a apresentar sobre o conflito marítimo:

«O Congresso Confederal, considerando: que a atitude da fracção moscovitista da Federação Marítima, que promoveu o corte de relações com a C. G. T., é altamente condenável, sobretudo porque ao tomar tão grave decisão se absteve sistematicamente de dirigir uma consulta prévia aos sindicatos, como é de elementar correcção; que, embora os militantes daquela tendência, quando falam, se digam partidários da unidade do movimento sindical, actuam geralmente de maneira oposta, como se demonstrou como o caso em referência;

que, por sua vez, a C. G. T. por intermédio do Secretariado de Propaganda Confederal, parece achar defensável a criação dum novo organismo federativo dentro da indústria marítima, o que é aliás tão condenável como achar defensável o desdobramento dos sindicatos;

que, embora os sindicatos marítimos que estão ao lado da C. G. T. tenham o direito de defender-se vivamente e de combater o critério estreito daquela tendência, não devem fazê-lo, todavia, de maneira a prejudicar, como os seus contrários, a unidade sindical;

Ponderadas estas razões, o Congresso resolve:

1.ª manifestar a sua repulsa pelos processos anti-sindicalistas de que se tem servido a tendência que predomina na Federação Marítima para fazer vingar uma resolução contra a qual está a maioria dos sindicatos marítimos do país;

2.ª Considerar como menos proba a afirmação que os seus elementos representativos fazem ao dizerem-se partidários da unidade sindical;

3.ª Convidar a C. G. T. a dar todo o apoio aos sindicatos que têm sido sistematicamente repelidos da Federação Marítima;

4.ª Esperar que a Central de sindicatos conduza a sua acção de modo a evitar o desdobramento da organização marítima.

Santarém, 26 de Setembro de 1971. — Os delegados dos Compositores Tipográficos. — Carlos José de Sousa, Joaquim Rodrigues Castelo, Virgílio Moura Santos.

Felipe Baptista entende que em vista do Congresso já ter arrumado o caso Federação Marítima este documento seja considerado uma simples declaração e baixe à comissão de pareceres.

Santos Arranha diz que se deve respeitar a hipótese de a Conferência Marítima que vai reunir-se ser forçada a constituir um organismo federativo em oposição à F. M., que nada mais é do que uma espécie de casco de barco desmanteado com algumas estranhas que se mantêm agarradas mesmo contra a vontade da maioria das classes marítimas.

E' rejeitado o documento dos Compositores Tipográficos de Lisboa na parte que dá atributos ao Congresso.

Joaquim Castelo explica as intenções do seu sindicato.

Carlos Coelho requer o termo da discussão.

José Cadete em nome de todos os delegados marítimos, afirma que nem como declaração aceitam o documento dos Compositores Tipográficos de Lisboa, por nele serem colocados em situação igual à dos dirigentes da Federação Marítima.

No mesmo sentido se pronunciam Silvino Noronha e Joaquim do Carmo.

António Braz convoca todos os congressistas a assistirem à Conferência Marítima que vai realizar-se, a fim de, poderem avaliar da razão que assiste aos discordantes da atitude da F. M.

Santos Ivo, referindo-se ao incidente que originou a retirada do Congresso dos representantes do Seculo e do Diário de Lisboa, apresenta o seguinte documento:

«Atendendo a que se torna indispensável aclarar o motivo porque o redactor do jornal O Seculo abandonou o Congresso Confederal bem como a opinião dos redactores de A Batalha, requero que fique exarado na acta desta sessão que não foi propósito do Congresso melindrar o redactor desse jornal mas, sim, foi verberado o propósito capcioso como a redacção de O Seculo pretendeu nos seus relatos deturpar a verdade e correcção como têm sido todos os assuntos ventilados.»

Sobre o assunto Alfredo Pinto apresenta o seguinte requerimento:

«Requero que se dê por terminado o incidente havido com o informador de um jornal, depois de dadas as explicações aos redactores de A Batalha.»

Santos Arranha, falando pelo jornal A Batalha afirma que o melhor desmentido a todas as insinuações é o facto de os redactores de A Batalha se terem mantido no seu posto até ao fim do Congresso.

Alfredo Lopes apresenta uma moção de ordem, considerando ridícula a atitude do jornal O Seculo.

O assunto fica assim esclarecido e arrumado.

Nomeada a mesa para a sessão seguinte, é esta encerrada às 18,40 horas.

5.ª sessão

Aprovou-se a tese «Câmaras e Juntas Sindicais»

gresso resolve que a comissão revisora de mandatos, no final da sessão, apresente um trabalho esclarecedor a situação em que se encontra face à C. G. T., o referido organismo.

Passa-se à discussão da tese «Câmaras e Juntas Sindicais». Alfredo Lopes requer que se dispense a leitura do preâmbulo.

Aprovado. Inicia-se imediatamente a discussão das conclusões da tese que são lidas pelo relator, Rozendo José Viana.

M. J. de Sousa justifica e manda para a mesa o documento que segue:

«O Congresso tendo já aceite a constituição das Câmaras Sindicais do Trabalho em substituição das Unidades locais de sindicatos, na revisão que fez à tese Organização Social Sindicalista e, considerando que os estatutos da C. S. L. contêm os princípios consignados naquela tese, sendo as Juntas Sindicais sub-múltiplos daqueles organismos regulamentados dentro do mesmo espírito, resolve que os referidos estatutos e regulamento sirvam como modelos, adaptados convenientemente às condições de cada meio, em conformidade com as necessidades do mesmo.»

Trocaram-se explicações entre o autor da moção e Rozendo, e o documento de M. J. de Sousa é aprovado, depois de sobre ele falar Jaime Tiago que não aceita o mesmo tipo dos estatutos para todas as regiões; E. Santana que é de igual opinião; Pereira Braga, que não está de acordo com a sua extensão a todo o país e que entende que o Comité Confederal devia elaborar um estatuto-síntese que constituirá um padrão único para todo o país.

Aprovada a moção passa-se às conclusões da tese que são aprovadas a requerimento de Artur Cardoso.

No expediente constava o seguinte ofício da União Livre dos Trabalhadores Alemães:

BERLIM, 19-9-25. — Carlos Camaradas! Sabemos que o vosso Congresso terá lugar nestes próximos dias. Aproveitamos esta ocasião para dirigir as nossas saudações fraternais à classe operária de Portugal em nome dos trabalhadores sindicais revolucionários alemães e por desejarmos os melhores sucessos ao Congresso.

Camaradas, como nós nos convencemos pelo vosso relatório ao 2.º Congresso da A. I. T., que foi publicado na Alemanha, os trabalhadores portugueses encontram-se numa situação mais feliz do que a nossa, pois o proletariado português ainda não sofreu a influência nefasta dos partidos políticos, que dizem que vós sempre soubestes afastar os traidores dos trabalhadores.

O proletariado alemão, continua numa grande maioria entre as garras dos políticos, os mesmos que foram os primeiros a levar os operários para a guerra e chegaram mesmo a dar o dinheiro dos sindicatos para os empréstimos de guerra.

No momento da revolução foram ainda os políticos que atraíram mais uma vez os proletários fazendo o possível para pôr a parte a parte a revolução social e a afogarem no sangue dos trabalhadores.

O último impulso da classe operária revolucionária foi sacrificado pelas nefastas táticas dos moscovitas. E' desta maneira que, hoje, o proletariado alemão se encontra derrubado e que é obrigado a suportar todas as tiranias da burguesia vitoriosa.

E' a nós, sindicalistas revolucionários, que incumbem abrir os olhos ao proletariado Quando da revolução, o sindicalismo revolucionário tornara-se uma força na Alemanha, mas a pesar-de tudo, neste berço da social-democracia, as velhas tradições do marxismo ainda se encontravam fortemente arraigadas no proletariado alemão, que se guiava ainda sob a influência dos pensamentos centralistas e autoritários. Foi assim que se tornou possível a um grupo de políticos tornarem-se donos da situação e de roubar aos trabalhadores os frutos da sua acção. Actualmente, já não ocupamos da luta pelo triunfo da classe operária, mas só por assegurar os seus meios de existência.

E mesmo nestas lutas, os sindicatos reformistas se interpõem ainda entre o capitalismo e a classe operária e em lugar da acção directa introduzem os métodos de contratos e querem substituir as greves por arbitragens do Estado, meios pelos quais os trabalhadores ainda se encontram servos do capitalismo.

A F. A. U. D. da Alemanha opõe-se a este desvio da luta de classes erguendo bem alto a bandeira do sindicalismo revolucionário com as suas formas de luta pela acção directa. Se ainda não conseguimos conquistar a maioria da classe operária alemã, não é menos verdade que os nossos meios de luta se difundem pouco a pouco por entre a classe operária, a pesar-de todos os esforços dos reformistas para se oporem.

A greve geral, um dos nossos meios de luta, foi o que destruiu o «Kapp-Dutsch» monárquico e desde então, a classe operária alemã volta sempre aos meios de luta extraídos do arsenal do sindicalismo revolucionário, quando se encontra numa situação crítica. E' por essa razão que nós temos a firme certeza de que mais cedo ou mais tarde as ideias do sindicalismo revolucionário serão também um facto consumado na Alemanha.

Camaradas de Portugal! Desejamos com todas as nossas forças que nunca tenham a suportar os sofrimentos por que o proletariado alemão tem passado. Esperamos que saibéis tirar indicações profícuas dos acontecimentos por que o proletariado dos outros países tem passado e é para isso que nós vos expozemos sinteticamente aqui a situação do nosso país.

Enviamos os nossos melhores votos ao vosso Congresso e esperamos que a vossa assembleia marcará um grande passo para o bem estar e libertação da classe operária de Portugal.

Abaixo os políticos!

Viva a organização económica do proletariado!

Só o sindicalismo revolucionário é capaz de unir o proletário de uma maneira duradoura e de os conduzir à vitória contra as forças capitalistas e o domínio estatista.

Viva a união internacional do proletariado revolucionário no seio da A. I. T.!

Pela comissão administrativa da União Livre dos Trabalhadores da Alemanha. — (a) Fritz Kater.

A tese «Crise de trabalho e horário» foi aprovada

O Congresso tomou em consideração este ofício.

Segue-se agora a leitura da tese «Crise de trabalho e horário», pelo seu relator M. J. de Sousa.

E. Santana requer e é aprovado que se discuta por especialidade.

António Costa lamenta que aquele tese não tivesse sido publicada com a antecedência devida para os organismos operários a poderem estudar convenientemente.

Artur Cardoso julga irrisório propor ao operariado a reclamação das 6 horas de trabalho, quando bastantes classes nem as 8 horas ainda usufruem.

M. J. de Sousa responde que quando o

operariado reclamou as 8 horas, parte dele ainda trabalhava 16 horas.

João Miranda alude às resoluções da Conferência da Construção Civil tomadas há dias e pelas quais o operariado encontrará uma melhor defesa do horário. Explica também que a C. Civil conquistou as 8 horas quando essa regalia ainda era considerada uma utopia. A. Inácio Martins reforça as afirmações de Miranda.

Carlos Costa defende as 6 horas de trabalho e informa o Congresso que o operariado do Matadouro Municipal de Lisboa já conseguiu o regime das 36 horas semanais.

Santos Arranha apresenta a seguinte moção de ordem:

«O Congresso Confederal resolve aceitar as conclusões da tese «A crise e o horário de trabalho» e encarrega o Conselho Confederal de promover imediatamente o movimento de agitação necessário à sua efectivação.»

M. J. de Sousa explica que a tese já defende o princípio estabelecido na moção Arranha.

António Rodrigues Silva requer que se dê a matéria por discutida com prejuízo dos oradores inscritos. Foi aprovado. Passou-se depois à votação das conclusões da tese e da moção de Arranha que foram aprovadas em conjunto.

Decidiu-se auxiliar os presos que trabalham nas cadeias

Segue-se ao número imediato da ordem de trabalhos — «O trabalho nas prisões», do qual é relator José Martins Grilo. E' uma exposição sucinta da situação em que se encontram os prisioneiros que exercem profissões nas várias cadeias. Depois da sua leitura Manuel Rodrigues de Melo, do S. dos Cesteiros de Gonçalo, manda para a mesa a seguinte moção:

«O Congresso, ouvindo a exposição da Federação Mobilíria sobre o trabalho nas prisões, e conhecendo por informações que os presos mais explorados são os das oficinas de cesteiros da Cadeia de Monsanto, Penitenciária de Lisboa e Penitenciária de Coimbra;

Atendendo à importância da questão e ao carinho que nos devem merecer as vítimas da sociedade, resolve:

Incumbir a C. G. T. de, por via dos seus órgãos, proceder a um estudo sobre este assunto procurando o mais breve possível, materializar os objetivos apontados naquele documento.»

M. J. de Sousa envia também estoura moção:

«O Congresso tomando conhecimento da exposição da F. Mobilíria enviada as Federações de indústria e sindicatos representativos de indústrias ou profissões exercidas nas cadeias a promover uma acção com o apoio da C. G. T., tendente a aumentar os salários dos presos para que o seu trabalho não venha estabelecer concorrência prejudicial fora das prisões, velando assim, também, pela situação daqueles que, como presos, não podem oferecer qualquer resistência a uma exploração desumana.»

Tanto este como o documento anterior foram aprovados pelo Congresso.

Como os trabalhos para a 5.ª sessão estivessem discutidos foi eleita a mesa da 6.ª sessão.

6.ª sessão

Foi aceita a tese «Higiene Industrial»

São 23,15 horas quando se abre a 6.ª sessão do Congresso. A mesa fica assim constituída: Presidente: Silvino dos Santos, S. Cordeiros de Almeida; secretários, Santos Ivo, União Ferroviária; Joaquim Candieira, F. Rural.

Passa-se imediatamente à discussão da tese «Higiene Industrial» da qual é relator M. J. de Sousa.

Artur Cardoso requer que esta tese seja aprovada sem discussão.

Alguns delegados manifestam-se em contrário e o requerimento é rejeitado.

Apenas foram aprovadas sem discussão as conclusões I, II, Sobre a alínea a da III conclusão iniciou discussão.

Santos Arranha pergunta como será composto o Conselho Técnico de Salubridade Profissional.

M. J. de Sousa explica que será composto por elementos saídos do Conselho Confederal a exemplo do que sucede com o C. Jurídico.

Este tem um advogado remunerado pela C. G. T. Aquela terá igualmente remuneração pela Central, um médico.

Virgílio Moura Santos entende que deve defender-se não só a higiene industrial, mas também a higiene pessoal.

Santos Arranha propõe:

1.ª — Que se convidem a colaborar entidades médicas cujo espírito e dedicação profissional tal permitam, podendo realizar-se, pelo menos, por esses higienistas, séries de palestras científicas atinentes a preservarem os operários dos perigos resultantes da negligência profissional.

2.ª — Que as centrais industriais e locais promovam, dentro dos seus âmbitos, a adopção de medidas de carácter higiénico, pela criação de balneários, postos de pronto socorro, etc. etc.

Foi aprovada, o mesmo sucedendo à tese que não sofreu alteração.

O trabalho das mulheres e dos menores

Segue-se a discussão da tese «Trabalho das mulheres e menores» que é relatada por Manuel Nunes.

Abraão Coimbra requer e é aprovado que se leiam apenas as suas conclusões. Assim se fez discutindo-se o n.º 1.º. Falam sobre ele Lopes Jorge, João Miranda, António Inácio Martins e Inácio Teixeira Bastos que apresenta esta moção:

«O Congresso Confederal ao apreciar a tese «A defesa das Mulheres e Menores no Trabalho», atendendo a que na mesma não está prevista a indústria de Cargas e Descargas, tendo em atenção a violência destes serviços para mulheres e menores; e, considerando que as leis de protecção aos mesmos não têm sido executadas; emite o voto de que, o Conselho Jurídico da C. G. T., ou o Comité Confederal procurem a forma de as leis de protecção a mulheres e menores, serem rigorosamente cumpridas com a fiscalização de todos os delegados dos sindicatos interessados.»

O Congresso aprovou em seguida o número I e a moção de J. Teixeira Bastos. Discute-se agora o II número.

dois documentos foram imediatamente aprovados.

Os números III, IV foram aprovados sem discussão. Sobre o V falou João Miranda que propõe a seguinte modificação:

«que a idade mínima de admissão do aprendiz de máquinas, e em indústrias onde se empreguem matérias tóxicas seja aos 16 anos, e nos restantes ofícios aos 14 anos.»

Contra os veículos puxados por pessoas

O Congresso aprova esta modificação e segue na discussão do VI número.

Alfredo Lopes entende que a fiscalização não deve apenas ser cometida a adultos, mas também aos delegados de oficina, etc. Apresenta um documento que é prejudicado por este outro de Santos Arranha que o Congresso aprova:

«Proporho a inclusão no n.º 6 a seguir a modalidades: «pelos sindicatos respectivos por intermédio dos delegados de oficina, e comités ou conselhos de oficina ou fábrica.»

Pereira Braga justifica e manda para a mesa a seguinte proposta:

«Proporho que nas conclusões seja intercalada com o n.º 7 a seguinte conclusão: 7.ª Abolição completa do internato dos menores, por ser desumano e vexatório.»

Foi aprovada esta proposta e o número VI da tese.

Sobre o número VII falou Santos Arranha que apresentou o seguinte complemento:

«Propomos que à conclusão 7.ª se adicione o seguinte: «a fim de se dar praticabilidade à doutrina desta tese.»

Foi aprovado e com ele a conclusão rejeitada.

Discute-se o número VIII da tese. João Miranda propõe:

«Que se desenvolva uma intensa campanha tendente à abolição o mais urgentemente possível da condução de veículos de carga por menores ou adultos na via pública.»

a) Que nos locais de trabalho que pela sua natureza os menores tenham de transportar cargas à cabeça, as costas ou em carrinho de mão, os pesos a transportar não possam exceder os seguintes:

Para os menores de 14 anos 10 quilogramas de carga às costas ou à cabeça e o correspondente em terreno horizontal a 35 quilogramas; e com mais de 14 anos 15 quilogramas de carga às costas ou à cabeça e o correspondente a 45 quilogramas de carga.»

Aprovado, passando-se à última conclusão da tese que foi aprovada depois de falarem sobre ela Jaime Tiago, Emídio Santana e Silvino Noronha.

João Miranda propõe que seja introduzida na tese mais esta conclusão que ficou sendo a X:

«Nenhuma menor deve ser admitida em qualquer ramo de actividade sem que seja submetida a uma inspecção médica, a fim de se verificar se as suas condições físicas são adaptáveis aos trabalhos a que pretende dedicar-se.»

O Congresso aprova.

Antes de encerrar, Felisberto Baptista, da comissão revisora de mandatos, lê ao Congresso a seguinte declaração:

«A comissão revisora de mandatos, tendo reunido para apreciar a informação enviada a este Congresso pela Federação dos Empregados no Comércio sobre a legalidade da representação da Associação dos Empregados no Comércio de Santarém, declara muito lealmente que tal informação é verdadeira, segundo o comunicado agora a esta comissão pelo Comité Confederal. Mais declara que se o referido Comité a tivesse informado no devido tempo, teria posto à apreciação do Congresso a situação do referido organismo para que este resolvesse de harmonia, tal qual o fez a outros.»

Depois da sua leitura Joaquim do Carmo apresenta a seguinte moção de ordem:

«O Congresso tomando conhecimento da declaração da comissão revisora de mandatos com referência à situação material do Sindicato dos Empregados no Comércio de Santarém, para com a C. G. T., considera que a sua representação ao Congresso só é motivada no desejo de compartilhar completamente da organização confederal, aceitando, por este facto, a estada do delegado do referido sindicato no Congresso enquanto este funcionar e dá o assunto imediatamente por terminado.»

Antes da sua admissão Ernesto Bonifácio regressa-se com a imparcialidade da comissão revisora de mandatos. Não aceita a moção de J. do Carmo por conter um precedente péssimo. Falaram depois vários congressistas e a moção de Joaquim do Carmo foi por fim rejeitada.

Alfredo Lopes requer que a sessão de amanhã se inicie às 8,30. Aprovado.

Foi oferecido um copo de água aos representantes da «A Batalha»

O proprietário do Hotel Lusitano, sr. José Martins Pereira, teve a gentileza de oferecer aos representantes de A Batalha um delicado copo de água. A ele assistiram além do director de A Batalha, Santos Arranha, os dois redactores em serviço no Congresso e alguns congressistas que se encontram hospedados neste hotel, um dos melhores desta cidade, e onde os congressistas encontram todas as facilidades e o admirável convívio do seu proprietário.

Esta modesta, mas tocante festa, realizou-se depois da sessão de hoje e terminou bastante tarde. A ela também se associou o sr. Joaquim Pimenta da Costa Araújo, estudante, que acidentalmente se encontra nesta cidade. Foi servido aos assistentes, como dissemos, um delicado copo de água que deixou penhorados os convivas. Aos brindes discursaram Santos Arranha, Vasco da Fonseca, Alfredo Marques, Manuel Nunes, Manuel Gonçalves Vidal, Manuel da Silva Marques, Emídio Santana, Ferreira Silva e o estudante sr. Joaquim Pimenta da Costa Araújo.

Por último o sr. José Martins Pereira agradeceu comovido as referências feitas, felicitando os congressistas pelo trabalho produzido e aguardando para a organização operária um futuro risonho. E assim terminou esta pequena festa que teve um indelével significado moral.

TEATRO APOLO

Empresa Luis Ruas, Limit.

HOJE, 29

A popularíssima peça

A GALDIERIA

Nos principais papeis: Ilda Stichini e Rafael Marques

Tudo o operário tem o dever de possuir este livro

A educação moral da criança na família

Por Benoit Bouché — Tradução de Emílio Costa. — Livro premiado em concurso na Bélgica, pela sua importância social. — Um verdadeiro Manual de Educação, que todos os pais, tutores, professores e educadores devem possuir para saberem conduzir a educação das crianças. — Preço 500,00, pelo cor. 5850. — A venda nas livrarias. — Pedidos a: Livraria Renascença, de J. Cardoso, r. Paris de S. Paulo, 2-20 — Lisboa

DESPORTOS TEATROS, MÚSICA E CINEMAS

CONSIDERAÇÕES OPORTUNAS

E' curiosa a forma como em Portugal se pratica o desporto. Aqui, joga-se a bola por prazer ou por lucro; corre-se para mostrar a grande massa o fôlego; nuno, porém, se joga a bola ou se corre para aperfeiçoamento físico, para proveito corporal. Os clubes que organizam provas têm também do assunto uma ideia muito patusca. Faz qualquer clube do tal bôco ou da tal esquinha anos? Organiza-se uma corrida! E estuda-se um percurso complicado, para dar azo a evidenciar o fôlego dos corredores. A corrida principia na sede do grupo e a meta é colocada na mesma sede. E lá vão deabalada os desportistas (sic)...

No domingo passado topei com uma série de tais corredores nas proximidades do Rato. Vinham da Rua Braamcamp e iam, creio eu, subir a rua do Sol. Através de nuvens de poeira, levantadas pelos automóveis e motocicletas, corriam, corriam, sem estilo, sem beleza, cobertos de suor, de lixo, de peito encolhido, boca aberta aspirando tudo.

Quedei-me a pensar para que servia tal corrida. E, não conseguindo, por mais que pensasse, achar a resposta a tal questão, ponho aqui a interrogação que a mim mesmo fiz, na esperança de que o clube organizador ou mesmo qualquer interessado me elucidasse convenientemente:

— Para que diabo servirá uma tal corrida?

NATAÇÃO

A travessia do Tejo

Para disputa do «Escudo do Ginnásio» efectuou-se no domingo a travessia do Tejo no percurso Trafaria-Pedrouços. A classificação foi a seguinte:

1.º, Vieira Alves, S. A. D., em 43 m. 56 s.; 2.º, Bessone Basto, S. A. D.; 3.º, Costa Campos, G. C. S.; 4.º, Basílio dos Santos, S. A. D.; 5.º, Luis Veiga Pinto, C. N. N.; 6.º, António Antunes de Campos, C. N. N.; 7.º, Hermano Petrone, S. A. D.; 8.º, Joaquim Nunes, V. F. C.; 9.º, Antero de Carvalho, C. N. N.; 10.º, Francisco Pinheiro, C. P. A. C.; 11.º, Manuel São Marcos, C. D. P.; 12.º, Manuel Ferreira dos Santos, G. C. P.; 13.º, «ex-aquo», Francisco Afonso dos Santos, S. L. B.; 14.º, Walter Damas, I. L. C.; 15.º, Teófilo Costa Rodrigues, S. C. O.; 16.º, José Nunes, I. L. C.; 17.º, D. Ema Tavares, C. S. P.; 18.º, José Silva Carvalho, S. L. B.; 19.º, José Pinto da Cunha, L. G. C.; 20.º, Anselmo Rodrigues, L. G. C.

CICLISMO

O Porto-Lisboa

Provocou grande entusiasmo esta corrida, que se efectuou no domingo. A partida foi dada no Porto, no sábado, tendo alinhado 32 corredores. A chegada à meta, onde grande multidão se aglomerou, foi feita pela seguinte ordem:

1.º Aníbal Carreto, do Sport Club Combricense, que gastou 15 horas e 42 minutos, tendo chegado perto das 14 horas; 2.º José Pereira da Conceição a 6 minutos do 1.º; 3.º António Mil Homens, a 9 minutos do 2.º; 4.º Manuel Rijo da Silva; 5.º Quirino de Oliveira; 6.º Alfredo de Sousa; 7.º Aníbal Firmino da Silva; 8.º Joaquim Raposo; 9.º Francisco Matos; 10.º Manuel Dias Afonso; 11.º António José Cristiano; 12.º João dos Santos Borges; 13.º João de Sousa; 14.º Arnaldo Gonçalves; 15.º Marcelino de Carvalho; 16.º Domingos Guilherme dos Santos.

O submarino '51' afundado

NEW-YORK, 28. — O submarino «51», afundado em consequência do abaloamento com o V O «City of Roma», deve ser hoje levantado do fundo do mar. Praticamente não existe esperança alguma de encontrar com vida algum dos seus 34 tripulantes que nele se encontram encerrados.

ACREDITA:

A fraqueza geral, a tuberculose, a anemia, o excesso de fadiga, o enfraquecimento orgânico só têm um inimigo poderoso

NUCLEO CALCINA

TÔNICO ENERGICO E SCIENTIFICO

Usado pessoalmente pelos nossos primeiros médicos

Superior a todas as misturas nacionais e estrangeiras

LABORATÓRIOS DO FARMACIO VARMOSINHO

Draca dos Restauradores, 18 LISBOA

Junta de Freguesia da Graça

Para comemorar o seu 15.º aniversário, passado em 17 do corrente, resolveu distribuir por casas de beneficência e instrução e pelos pobres da sua freguesia, a quantia de 6.900\$00. Recebemos a importância de 100300 para serem distribuídos por dez necessitados, em nome dos quais agradecemos.

No Monte Caiado

Um homem alvejado a tiro

Segundo informações do hospital de São José, no Monte Caiado, na freguesia de N. S. da Graça de Padroes, no concelho de Almodovar, reside o trabalhador Manuel Miguel, de 24 anos, que de há tempo namora uma rapariga dali de nome Bárbara Baptista, de 20 anos. O irmão desta, José Baptista, pretendia a todo o transe que o Miguel casasse com a irmã ao que aquele sempre se tem recusado. Ante-ontem encontrava-se o Miguel no Monte, carregando uma porção de lenha, quando, subitamente, lhe apareceu o José Baptista armado de uma espingarda caçadeira que desfechou contra aquele, indo a carga atingir o Miguel no ventre, evadindo-se o agressor em seguida. Acudiram ao ferido varios jornalheiros que o transportaram para Almodovar, onde lhe foram prestados os primeiros socorros, seguindo depois para Lisboa, onde chegou ontem, sendo então transportado num auto da Cruz Vermelha ao Hospital de São José, em cujo Banco foi observado pelo cirurgião de serviço, recolhendo em seguida à sala de observações.

Festas artísticas



INTERESSES DE CLASSE

Funcionalismo Público

O governo, confiado no desinteresse desta classe pela vida sindical, espera-lhe pelos votos e cereja-lhe os ordenados

Raros, raríssimos mesmo são os que da política fazem profissão que reconhecendo no funcionalismo a maior se não a única força eleitoral do regime, neste momento se não empenham em lhe captar as simpatias, certos de que a vitória eleitoral se decidirá pelo lado que o funcionalismo entrar. Nem todos os políticos, porém, assim pensam, pois que políticos há e nesse número estão decerto alguns dos homens que neste momento ocupam as cadeiras ministeriais, que certos da cegueira política dos serventários do Estado não só se não incomodam com as suas simpatias se não ainda se não importam de sacrificar o seu bem estar em prol da conquista da opinião de outros eleitores.

A pressão que os descontentados partidos políticos exercem sob aqueles que do partido-Estado dependem e recebem um salário em troca dum serviço na maioria dos casos miseravelmente pago é dum poder tal que ante as maiores afrontas recebidas ele não recua, nem trepida, quando tenha de exercer o direito de votar, daí o desprezo e a indiferença que os tais profissionais nutrem pelas suas reclamações e pelos seus mais legítimos e justificados interesses.

A publicação do decreto dos Duodécimos é por si a maior justificação de que tão sincera como energicamente afirmo, pois que nele e para satisfação da famosa União dos Interesses Económicos, dessa União que alberga no seu seio quanto de maior e mais terrível inimigo pode haver para o funcionalismo; inimigo porque o descontentado em campanhas difamatórias e inimigo porque lhe suga até aos últimos dos centavos que o Estado lhe concede; dessa União que depois de a todos ter roubado e envenenado com géneros falsificados e adulterados, faz a mais afrontosa e criminosa propaganda que contra um estado é dado fazer, se sacrifica uma razoável parte do citado funcionalismo.

E' provável que até os próprios alveados ao lerem o mencionado decreto o justifiquem com o argumento de que o desconto recaindo apenas sob as gratificações pouco ou nada irá afectar a vida do funcionalismo, mas a esses que olham apenas a parte material da questão e esquecem a mais importante ou seja a moral, sem citar que houve o cuidado de exceptuar as gratificações de comando, isto é da força pública, recordarei que além de na sua maioria as gratificações serem o produto do trabalho não pago, elas foram conquistadas à custa de mil esforços e de sacrifícios que convém não perder nem esquecer. Gratificações há, que foram concedidas a título de ajuda de custo do vestuário que o funcionário estraga no desempenho perigoso do seu mister, aos funcionários nessas condições deixo eu o encargo da resposta quanto ao barateamento da vida.

Argumenta-se também e não pouco, como de resto sempre que os estadistas portugueses pretendem armar em paladinos da economia nacional, que o Estado ou faz economias, ou então desaparece, mas a esses que pela sua elevada inteligência e alta cultura de maneira alguma podem ignorar que o Estado português, como todos os Estados que são apenas o fruto da sociedade capitalista, numa decadência assombrosa, quer pelos erros dos indivíduos que dizem governá-lo, quer pelo caminhar salutar do progresso, cada vez caminha mais para o seu desaparecimento ou para restrição das suas funções, deixaria eu a facilidade de procurarem essas economias no produto criminoso dessas colossais fortunas que indivíduos sem pátria, credo ou religião, para quem o século usaria o apódo de «legionários vermelhos» e pediria a mais torrencial das penas se a eles não estivesse enfeudado e deles não dependesse, construíram durante o longo período da guerra.

Procurar erguer o Estado, pelo sacrifício de pessoas que o próprio Estado reconhece não auferirem o necessário para comer e a quem impossível se torna exigir maiores sacrifícios do que os já feitos durante o reinado e domínio dos que do país têm feito um vasto pinhal da Azambuja, ora assaltando os cofres públicos, em negociações ruinosas como as dos Transportes Marítimos, Exposição do Rio de Janeiro, Fornecimento de Carvão e Bairros Sociais, ora explorando infamemente os que têm a desdita de cair sob o balcão das suas transacções e poucas vergonhas, é exigir demasiado, e pretender o inacreditável.

O desconto de 10 % feito apenas nas gratificações vai atingir indivíduos que auferem importâncias que mensalmente não vão além de quinhentos e tal escudos, a esses indivíduos que já faziam prodígios de governo e que tanto como os outros dependem do contribuinte, assiste o direito de reclamar do Estado, não a confiscação de 10 %, mas sim de 50 %, das fortunas feitas e amassadas em sangue durante o tempo da maior carnificina que tem manchado as páginas da história humana; 50 % de essas fortunas erguidas à custa da desgraça, da esmolação e da prostituição dum povo.

A esses indivíduos, que têm assistido com uma serenidade que pasma e uma indiferença que apavora ao triste e misero espectáculo dum Parlamento que nada produziu e a uma série de escândalos só própria dum povo à beira do abismo, assiste o direito de reclamar do Estado que, se sacrificios é necessário fazer em prol dum coire que os outros esvaziaram, esses sacrificios devem, e muito acertadamente, atingir essas chorudas compensações de lucros de 30, 50 e até 200 mil escudos concedidos ultimamente na Caixa Geral dos Depósitos.

A esses indivíduos assiste o direito de reclamar do Estado, e uma vez mais o imediato encerramento dos quadros do funcionalismo civil, da Escola de Guerra e da Escola Naval.

Mas não se assuste o governo nem tremam os políticos; pois eles não reclamam, não protesta mas... vota. Vota e vota sempre, quer seja no sr. Machado de Serpa que o protegem no Senado, quer no sr. Tavares de Carvalho que o defende no parlamento. Para ele não há questão social ou sindical, não discute Internacionais, como não discute Congressos, para ele há apenas os ambiciosos da política, que, na vontade suprema de serem eleitos, atesquecem os interesses dos restantes e desentendem que enquanto uns a se desconta a outros, como aos pobres

A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

A situação do operariado na Índia inglesa

Segundo o relatório dum missionário americano chamado Sherwood, noventa por cento da população das Índias vivem como pequenos camponeses dispersos por 73.700 aldeias. Dois milhões de operários trabalham em pequenas fábricas industriais e nas minas, e 2.400.000 nos transportes. As Índias possuem aproximadamente 80.000 quilómetros de via férrea, isto é pouco mais ou menos tanto como a Rússia europeia. A extração de carvão é de dois milhões de toneladas superior à da China e corresponde aproximadamente à do Japão. Trezentos e vinte e cinco mil operários trabalham nas diversas empresas do comércio privado. O número total de proletários é de 8 milhões.

O salário médio é de 1 escudo a 2 escudos e meio para os adultos.

O trabalho das crianças faz com que 57 % dos filhos de operários morram novos, embora essa mortandade seja devida também às condições terribes da vida e ao trabalho dos pais. A mortalidade das crianças, na Inglaterra, é de 83 por mil, nas Índias de 570 por mil! Os operários aliviam os males dos seus filhos com o opio. 90 % dos seus filhos morrem assim envenenados. A mortalidade infantil em Bombaim é de 663 por mil!

As fábricas de têxteis de Bombaim tiveram, em 1921, um total de lucros de 800 milhões de francos! Em 1922, 125 % do total dos negócios. No entanto não existe nesta cidade nenhuma instituição sanitária. A organização sindical é rigorosamente proibida.

O jornal Capital do dia 15 de Fevereiro deste ano afirma que os lucros das seis maiores fábricas inglesas de têxteis em Bombaim são de 100 % no mínimo e de 230 % no máximo e o dividendo distribuído vai de 200 % no mínimo a 420 % no máximo.

Em 1921 houve 341 greves nas Índias. A luta contra o analfabetismo tornou-se difícil devido às condições de salário. De 30 milhões de crianças, só oito milhões e meio vão à escola, das quais 40 % esquecem completamente o que aprenderam durante o período escolar.

A legislação das fábricas permite, desde 1921, o dia de 11 horas para os adultos e o dia de 6 horas para as crianças de 12 a 15 anos. Devido à ausência de sindicatos os operários são incapazes de defender os próprios direitos que a legislação das fábricas lhes concede, de maneira que na realidade trabalham 14 horas por dia.

Em oito milhões de proletários só 200 mil é que são sindicados.

Grupo OS PERSEVERANTES

Reúne hoje, pelas 21 horas, para assunto urgente.

São Pedro de Alcântara

Deu antontem uma audição nesta explana da banda da Academia S. R. Familiar Almadsene, que antes de para ali seguir veio cumprimentar A Batalha, em nome da qual foi saudada por Guilherme Artibeiro.

miséros cantoneiros das Obras Públicas, no Douro, se não paga desde Julho e se exige que além das suas 10 ou 12 horas de serviço, residam no cantão do seu distrito, como se isso fosse possível ou sequer fosse humano.

Tudo desconhecem, tudo ignoram e o funcionalismo nada percebe.

Paulo EMÍLIO

Litógrafos do Porto

Um industrial que amesquinha o seu pessoal

PORTO, 26—E' já notório entre os nossos camaradas gráficos, e até entre os componentes das outras indústrias, o espírito de intolerância que os proprietários da «Litografia Nacional» do Porto, sempre mantiveram contra os seus operários e contra a própria organização sindical.

Vai tão longe a sua tirânica opressão sobre o pessoal, que muitos dos seus componentes se têm visto forçados: ou a procurar outra oficina, ou a revoltarem-se indignadamente, dentro dela contra as arbitrariedades de que constantemente são vítimas, dando margem a conflitos graves, que a cada passo estão iminentes, o que por várias vezes já tem sucedido, pois que só assim aqueles patrões sabem tratar, a propósito e a despropósito de qualquer coisa, com o seu pessoal.

Nesta oficina existe um tal regime de trabalho, que mais parece uma prisão do que uma casa em que possam trabalhar operários dignos, conscientes e honestos.

Por alguns segundos se perde meio dia de trabalho, pois que até já se tentou fechar a porta antes da hora da entrada. E' proibido, terminantemente: que os colegas da mesma casa comuniquem uns com os outros; que se afixem ou distribuam avisos da Associação de Classe; que se façam circular, subscrições, etc., etc.; enfim, uma odiosa ditadura permanente, que chega até ao ponto de ser reduzido, contra todos os preceitos da higiene, o espaço reservado aos micetórios e retores, para obrigar o pessoal a permanecer ali o menos tempo possível.

E, no fim da passada semana, foi recusada ao pessoal a permissão de sair às 15 horas, para se incorporar no préstito fúnebre dum seu colega, que já havia pertencido ao quadro da mesma casa.

Em resultado disso foi, na última reunião da classe, aprovada a seguinte moção-protesto:

«A classe litográfica, reunida em assembleia geral, apreciando a atitude insolita do industrial da Litografia Nacional, Inciso Alberto de Sousa, que se recusou a deixar sair o seu pessoal para acompanhar o funeral dum nosso colega, resolve exarar na acta o seu mais veemente protesto por este acto de intolerável despotismo.»

Esta moção, que foi aprovada por unanimidade, estava ainda coberta de assinaturas do pessoal das diversas oficinas locais.—E.

Na «Voz do Operário»

Um director «adiantado» feito ridículo ditador

Como noticiámos no nosso número de domingo, na «Voz do Operário» deram-se factos de certa importância que não podemos deixar de dar relator, dadas as condições singulares de que foram revestidos.

Como é sabido, na «Voz», abastado o poderio dum tesoureiro «crónico», «ostra» e compadre de vários «compadres» para quem a sociedade era larga teta para os «afilhados», e de cuja queda foi motivo a sindicância que apurou entre muitos escândalos os «adiantamentos» feitos ao grupo denominado «Ostras» que a pretexto de serviços «extraordinários» sugava à sociedade uma parte da sua seiva, um novo poderio se levantou, tão boçal como o anterior, e a quem já os sócios da colectividade designam pelo reinado de D. Xamuel I.

Pois esta personagem de opereta, lembrou-se na sexta-feira última de suspender das suas funções o empregado da secretaria, Alfredo Cristo, por este se atrever a criticar, em conversa com os demais empregados da secretaria, a falta de meia dúzia de cabides para os chapéus e fatos, em contraste com a compra dum luxuosa mobília adquirida para o gabinete da redacção, sabido como é, que este nunca é utilizado pelos dois redactores da «Voz» para fim algum; e assim, no sábado de manhã, quando este empregado se dirigia a tomar conta das suas funções, foi surpreendido com a entrega dum officio, onde o ridículo mandado lhe impunha a pena de suspensão até à próxima assembleia, por se atrever a criticar os actos da Direcção!

Mas o mais interessante do caso é que os seus colegas da secretaria resolveram solidarizar-se com o perseguido e assim o fazem saber a quem de direito.

Estava pois a sociedade «A Voz do Operário», constituída por operários e por eles mantida, com uma greve originada pela inscendência criatura que exerce o cargo de secretário da direcção, greve que é reveladora da falta de competência de quem tem nas mãos os destinos da colectividade.

Agora o mais revoltante do caso é que alguns dos corpos gerentes que apparecem na sede social, informado do que se passava, implorou aos que assim davam um nobre exemplo de solidariedade, o reingresso nas suas funções, comprometendo-se a arranjar uma solução para o caso; e assim às 14 horas a comissão administrativa reuniu-se e resolveu pôr em prática esta velha tática muito usada pela classe burguesa: mandou chamar um a um todos os que se tinham solidarizado com o alvejado e por meio do «truc» usado na «Voz» por todos os autores de quantas patifarias a mesma tem sido vítima — a mentira —, conseguiu que 6 empregados retirem a solidariedade prestada, e suspendem mais dois, os que não se prestaram a tão ignóbil como indecente papel.

Em resultado desta incompreensível atitude, entre camaradas dum instituição operária, estão pois suspensos três empregados da secretaria da sociedade para satisfação da vaidade balda de quem, ao assumir a posse do seu cargo, pedira para a terra da sua naturalidade, que quando lhe crescessem lhe puzessem, em seguida ao nome, o designativo de: Director da «Boz» do operário!

Quando pode a vaidade aliada à estupidéz! Agora perguntamos nós — quem que situação ficam os indivíduos que, reconsiderando, abandonaram à sua sorte os três colegas? — e há nesse grupo um indivíduo que sendo por alguns considerado um mentor das classes operárias, pratica um acto revelador da maior cobardia, sem que julgue não ter que dar contas da sua atitude à classe operária?

Então, srs. empregados da «Voz do Operário», a vossa acção é só a que corresponde à do estômago, para assim abandonarem à sua sorte os três colegas vítimas da boçalidade dum ditador de pechisbeque? E a comissão administrativa da Sociedade, da qual fazem parte indivíduos que foram acusados pela sindicância de se fazerem abonar dos cofres da mesma, está assim feita fantoche manejada pelo soba Xamuel?

Que miséria moral é que falta de consciência dos sócios efectivos, ao entregarem os destinos da Sociedade a criaturas do estôdo das que dirigem a mesma. Aos vendilhões escurraçados pela comissão sindicante, novos vendilhões se sucedem, à falta de vergonhas, novas faltas de vergonhas e quanto a «adiantamentos» não é tarde ainda, visto que D. Xamuel já apresentou uma proposta para continuarem a fazer-se abonar dos cofres da Sociedade, os novos moralões.

Como nota interessante aqui deixamos indicados os nomes dos «amarelos inconsistentes», que não duvidaram fazer a triste figura que acima referimos.

São eles: Artur Soares, Norberto Nogueira, Jaime Ludovino Travassos, e... pasmem 6 gentes: José Fernandes Alves, todos do escritório; Carlos Silva e Augusto de Sousa, da tipografia.

Como a próxima assembleia é amanhã, largamente este caso irá ser apreciado, pois D. Xamuel não perde com a demora.

Rendimentos dos operários

Na Cruz dos Quatro Caminhos, à Graça, encontravam-se ontem vários guardas-fios da Companhia Anglo-Portuguesa de Telefones, procedendo ao concerto de umas linhas telefónicas que se achavam avariadas. Aos dois guarda-fios, João Gaspar, de 28 anos, natural de Alpiçra, residente na rua Possidónio da Silva, 3, cave, caiu de sobre o poste, fraturando a perna direita. Na sua queda colheu João Maria de Almeida, de 17 anos, serralleiro, morador na rua Carvalho Araújo, que passava na ocasião, resultando-lhe uma entorse no pé esquerdo. Condicionados ao Hospital de S. José num auto dos Bombeiros Municipais, foram ali pensados no Banco, recolhendo depois o guarda-fios à enfermaria n.º 2 do Hospital do Desterro e seguindo o Almeida para casa.

A enfermaria de S. Francisco do Hospital de S. José, recolheu Albino Francisco de 22 anos, jornaleiro, natural de Alverca e ali residente no Casal Oliveirinha e que na fábrica da Companhia Tejo, em Alhandra, foi colhido por uma vagoneta, ficando contuso no torax.

EM REDE

Como o comerciante rouba o povo nesta povoação duriense

REDE, 25.—Ao sentarmos-nos à nossa banca de trabalho (?) para enviar à Batalha as nossas modestas impressões sobre esta região vinícola, mesmo sem que nos encomendassem o sermão, não podemos deixar de sorrir se pensarmos no rancor com que o bicho-comerciante daqui vai ler as nossas palavras... E' que nós somos obrigados a dizer que essas palavras nos saem irresistivelmente do bico da pena, mesmo depois de termos de assistir ao pavoroso incêndio que acaba de devorar na próxima vila de Mesão Frio, as duas padarias que aqui existiam, dando ainda amostras do seu brutal poder em parte do edificio onde estão instalados os correios. E o nosso sorriso vem de que se vivéssemos na caserna policial em que transformaram Lisboa, estávamos a estas horas a contas com alguma data de cavalos-marinho que nos deixaria o precioso frontespício em cacos, ou quem sabe se com passaporte para a Guiné a fazer uma cura de ares, como paga das nossas perigosas teorias sociais...

De facto nós tínhamos a intenção de algo dizer sobre o «comerciante» desta selvagem região, pois que, depois de termos acaído aqui os outros dois parasitas infamíssimos: o lavrador e o padre, não podíamos, deixar o «tráficante do comerciante» a rir-se dos seus irmãos de comércio que estavam também «à bicha» para levarem a sua «lacada» por muitas coisas que nós sabemos e pelo caso muito pessoal de a Renovação não nos ser entregue já por duas vezes e nós não estamos dispostos a tolear mais este abuso.

Parece pois que o divino arquitecto, talvez para ver se nós aderíamos ao seu numeroso partido, resolveu castigar os nossos fidealgados inimigos enviando-lhe... em fogo a sua repressão. E nós temos de nos mostrar agradecidos, porque todo o mal que caía em cima dos comerciantes daqui, ladrões como são, católicos como se dizem, deve afigurar-se-lhes como castigo do céu e eles não temem os castigos das autoridades da terra com quem se dão à maravilha, a ajuizar pelo sossego com que roubam o desgraçado consumidor, que não tuge nem muge. O roubo mais descarado e indomável se pode chamar à maneira como o comerciante daqui se paga dos géneros que impinge ao consumidor! Aqui o quilo nem as desgraçadas 800 gramas tem como no Porto e em Lisboa alguns comerciantes «decretaram». A ignorância do povo corresponde ao traficante a máxima desfaçanha roubando-o descaradamente no peso e sobretudo no preço dos géneros que é aqui mais caro do que no Porto, pelo menos em 20 %! Não há um único logista que faça um troço com honestidade e se nos fica a dever uma pequena importância... ela se torna tão pequena que nunca mais a vemos.

A venda de leite é interessantíssima: vimos uma pequenita que comprava a um leiteiro 6 quartilhos de leite. O homem recebeu-lhe a importância e em seguida deu-lhe 5 quartilhos porque não tinha mais! E com um cinismo revoltante negou-se a entregar a demasia do dinheiro, embora muito instado, e afluivamente, pela pobre criança. Este pequeno episódio marca bem o «padrão» da ganância e da desenfreada rouba-lheira daqui, e por ele se pode ajuizar a docilidade com que o povo tolera todos os sanguesugas que aqui se estabelecem. Soubemos hoje que alguns comerciantes compravam no Porto bacalhau podre que pretendem vender barato aos lavradores para sustento dos trabalhadores nas vindimas que estão à porta! Quem há de valer ao desgraçado rural numa região em que a opressão e a selvajaria são desta lei! Quando poderá a U. S. O. do Porto vivificar esta região com a voz potente dos seus militantes?

Camilo TEIXEIRA

TUMULTOS EM TEHERAN

BAGDÁ, 28.—Segundo notícias de Teheran, continuam ali os tumultos, vendendo-se o governo persa em sérios embaraços para restabelecer a ordem.

Nos círculos bem informados afirma-se, que o governo de Irak ofereceu ao governo da Pérsia um forte contingente de tropas, dizendo-se que esta oferta será, provavelmente, aceita.

A cura das doenças pelas Plantas

3.º edição—Dreco 2800, pelo correio 2830. Pedidos à administração de A BATALHA

CRISE DE TRABALHO E BAIXA DE SALÁRIOS

Bolsa do Trabalho e Solidariedade da Construção Civil

Os delegados deste organismo foram ontem junto do ministro do Comércio tratar da situação dos operários que trabalhavam nas obras das Casas Económicas da Ajuda.

Como de costume não puderam falar com o ministro, mas sim com o chefe de gabinete a quem a comissão fez ver os prejuízos que sofrem os operários por estarem as obras fechadas e também a necessidade da sua conclusão.

Este senhor foi falar com o ministro e veio depois transmitir aos delegados o que ele lhe tinha dito.

O resultado desta entrevista só será tornada pública depois da conferência que se realiza hoje, às 10 horas, entre os secretários gerais deste organismo e Sindicato Único, um representante da Secção de Belém e secretário geral da Federação.

Os delegados também procuraram avisar-se com o chefe de gabinete do ministro das Finanças sobre a concessão da verba para a reabertura das Obras da Maternidade, mas este senhor mandou dizer que o ministro já tinha dado as suas ordens.

Os delegados resolveram procurar hoje no Ministério do Trabalho o chefe da contabilidade e do dr. João Ricardo para saber destes senhores o que não conseguiram do Ministério das Finanças.

AS DEPORTAÇÕES

Uma sessão de protesto no Alto do Pina

Para apreciar a actual situação dos deportados que se encontram na Guiné e Cabo Verde, realiza hoje, pelas 20 horas, a Comissão Mista de Propaganda e Organização Sindical do Alto do Pina, uma sessão na secção da Construção Civil, rua Barão de Sabrosa, 81.

Nesta sessão usarão da palavra vários oradores da organização sindical.

Comissão Pró-Regresso dos Deportados

Reúne-se hoje, pelas 21 horas.

Comissão Socialista da Penha da Franca

Na sua última reunião aprovou uma moção acerca das deportações e perseguições, concebidas nos seguintes termos:

«Considerando que as deportações de operários para a Guiné e Cabo Verde, é uma afronta a todo o proletariado português;

Considerando que o governo fez essas deportações sem previamente ter submetido os delinquentes (?) aos respectivos tribunais, e que por esse motivo não podem à face da lei nem da razão ser considerados criminosos;

Considerando ainda que as esquadras policiais se maltrataram os cidadãos, depois de uma inquisitorial e prolongada incomunicabilidade;

A comissão paroquial socialista da Penha de Franca resolve protestar energicamente contra o abuso dos governantes da república e manifestar a sua repulsa por semelhante iniquidade.»

INSTRUÇÃO

Enciclopédia de Aplicações Usuais

O Sindicato Unico Metalúrgico previne os seus associados que se encontra na sede a inscrição e condições em que se pode adquirir a assinatura da «Enciclopédia de Aplicações Usuais» de João Bonança, com algumas vantagens para os metalúrgicos por intermédio do seu Sindicato.

No S. U. Metalúrgico

Continua aberta na sede deste sindicato as inscrições de matrícula para as aulas de Português, Esperanto, Arithmética, Espanhol, Escrita e Comercial e Instrução Primária para sócios e seus filhos, instituídas pela Universidade Nacional de Instrução e Educação.

Curso profissional de escritório

Na Secretaria da Associação de Classe dos Empregados de Escritório, R. da Madalena, 225, 1.º, encontram-se abertas todos os dias úteis, das 21 às 23 horas, as matrículas nas aulas de português, francês, inglês, escrituração e contabilidade do curso de profissional de escritório, criado por aquela Associação.

Exposição de pomicultura

Hoje e amanhã, das 9 às 18 horas, encontra-se aberta, na Sucursal de O Século, no Rossio, uma exposição de pomicultura da Companhia Hortícola, do Porto.

Agradecemos a gentileza do convite que nos foi feito.

ESCOLA «VEIGA BEIRÃO»

Um justo protesto contra uma decisão ministerial que prejudica 160 rapazes que querem instruir-se

A comissão encarregada pelos pais dos candidatos a alunos da Escola Commercial de «Veiga Beirão» de tratar junto dos poderes públicos dos interesses dos mesmos resolveu, na sua última reunião, o seguinte:

1.º—Protestar contra o despacho ministerial de Julho último, pelo qual foi cedida a sala n.º 1 à cantina escolar de São Cristóvão e São Lourenço, o que faz com que não sejam admitidos à matrícula, na referida escola, cerca de 160 alunos.

2.º—Afirmar que ao contrário do que já foi publicado na imprensa sobre o assunto — a mesma comissão não pretende, nem quer prejudicar a cantina, porquanto esta se lhe torna, como não podia deixar de ser, uma instituição bastante simpática.

3.º—Esperar e confiar que o ministro da Instrução despache no sentido de — sem prejuízo de ninguém — poderem ser matriculados os 250 alunos que o pretendem, para o que se tornará também necessário determinar que a Escola Primária n.º 10 funcione sómente até às 13 horas, considerando deste modo a Escola Commercial de «Veiga Beirão» como desdobramento da mesma.

Parque Estoril

Teve uma concorrência extraordinária a ginkana que, antontem, se realizou, no Parque Estoril, tendo constituído um agradável divertimento pelo número de pequenos concorrentes e pela boa organização das provas.

A prova mais emocionante foi a de aviação, na qual o aviador, 1.º tenente sr. José Cabral, tripulando um aparelho «Avro», executou arrojados exercícios de acrobacia a uma altura relativamente baixa.

Na próxima quinta-feira realiza-se, às 21.30 horas, no Salão Concerto, o 1.º recital promovido pelo distinto maestro Francisco de Lacerda, com o concurso artístico das artistas sr.ªs Lea Bach, harpista, e Fernanda Corte Real, cantora. Executar-se-hão obras de Beethoven, Bach, Debussy, Duparc, Goethe, Mozart, etc. Os bilhetes, que se encontram desde já à venda no Estabelecimento das Termas, custam 7 e 10 escudos.

DENTES ARTIFICIAIS a 25000. Extracções sem dor a 15000. Concertam-se dentaduras em 4 horas a 20000. Dentaduras completas sem placa em «cauchú». Consultas das 11 da manhã às 8 da tarde.

MARIO MACHADO

R. Garrett, 74, 1.º (Chiado)

Vida Sindical

COMUNICAÇÕES

Vendedores de Jornais.—Reuniu-se em assembleia magna, aprovando o relatório do delegado ao II Congresso dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, depois de sobre ele terem falado Alfredo Marques Pereira, Manuel Dias de Matos, Francisco Lourenço, Manuel Gomes, José Lopes e João Maria Matoso. Estabeleceu-se a cota semanal de \$50.

Os fascistas preconizam a supressão das eleições

Só aceitando as eleições, quando lhes são favoráveis, Farinacci, como todos os outros políticos, anunciou num discurso que serão demitidas todas as municipalidades ultimamente eleitas, e substituídas por funcionários do governo central.

O mesmo sucederá com as eleições legislativas.

O Impero, órgão extremista, saudou as últimas declarações de Farinacci.

Recordou que de longa data, tinha ele recomendado a instituição dos podestás, como o único meio de curar o país da doença do escrutínio.

Assim ficaria a ditadura bem desmascarada, o que não deixa de ser útil.

Caminhando para a perfeição

O alcool embrutece o homem, degrada e amesquinha a espécie

Não é só no adulto que o alcool produz uma incapacidade mental progressiva, pois que é corrente nos seus filhos. Assim, em New-York examinando a capacidade mental de 20.141 crianças, viu-se que, em 6.624 crianças filhas de bebedores, se evidenciaram torpes 53 0/0 e em 13.523 filhas de abstinentes, isto é, que não usavam bebidas alcoólicas, apenas se registaram 10 0/0 de torpes, o que concorda com o que diz Victor Horsley (O alcool e o corpo humano).

Nesse mesmo livro e prefaciado pelo professor Kanowitz (de Berlim), lê-se o seguinte: A perda do apetite e nulidade de digestão, nas crianças provem unica e exclusivamente da ligeira quantidade de vinho que lhe dão os seus pais nas comidas, o qual irrita os nervos, actua à maneira de dissolvente sobre os débeis organismos e aniquila a sua existência com esses transtornos. Se os pais, ao acorrer semelhante cousa, não cessam de administrar semelhante veneno às crianças, estas não chegarão à puberdade, e se chegam, apparecerão demarcadas, enfermias, aptas para receber a tuberculose e morrer antes dos 25 anos.

Ainda que muitos pais saibam o perigo que é o alcool para os seus filhos, a maioria destes estão contaminados pelo terrível mal, o qual, paralelamente, impede o seu desenvolvimento. Os órgãos afectados não aquirem o seu perfeito crescimento, e, por consequência, o adulto não alcança o seu desenvolvimento físico natural (intelectual e moral) nem a longevidade ordinária. O mal manifesta-se muito cedo nos filhos.

Assim, muitas crianças de peito, criadas por mães que bebem, sofrem convulsões e mostram-se intranquillas e irritáveis, sintomas que diminuem quando a mãe bebe leite em vez de alcool.

Isto prova que os pais, ignorantes ou viciosos, criam uma prole enfermiga, que mais tarde acabará de má maneira. São esses pais que assim procedem, que se escandalizam quando os filhos procedem mal, ou quando mostram uma incapacidade cerebral muito parecida com o idiotismo. A culpa é dos pais, que lhes dão a vida, sabendo que os vícios deles se hão de reflectir nos seus filhos. Já Cervera Barri dizia: O alcool embrutece o homem, corrumpo a família, degrada e amesquinha a espécie, esgota as gentes da povoação, dando seres raquíticos, degenerados ou idiotas, dá estúpidos ao vício, pasto e calor à preguiza, tédio ao trabalho e impuls